



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





ATENÇÃO

- A Opção não está vinculada às organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material não garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública,
- Sua apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada,
- Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: www.apostilasopção.com.br/contatos.php, com retorno do professor no prazo de até 05 dias úteis.,
- É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Noções de Direitos Humanos.....	151

LÍNGUA PORTUGUESA

1. 2022

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

Se é verdade que a capacidade de ficar perplexo é o começo da sabedoria, então esta verdade é um triste comentário à sabedoria do homem moderno. Quaisquer que sejam os méritos de nosso elevado grau de educação literária e universal, perdemos o dom de ficar perplexos. Imagina-se que tudo seja conhecido – senão por nós, por algum especialista cujo mister seja saber aquilo que não sabemos. De fato, ficar perplexo é constrangedor, um indício de inferioridade intelectual. À medida que vamos envelhecendo, aos poucos perdemos a capacidade de ficar surpresos. Até as crianças raramente se surpreendem, ou pelo menos procuram não demonstrar isso. Saber as respostas certas parece ser o principal; em comparação, considera-se insignificante o saber fazer as perguntas certas.

Quicá seja esta atitude uma razão por que um dos mais enigmáticos fenômenos de nossa vida, os nossos sonhos, dê margem a pouco espanto e suscite tão poucas perguntas. Todos sonhamos: não entendemos nossos sonhos, e no entanto agimos como se de nada estranho corresse em nossas mentes adormecidas, estranho ao menos em comparação com as atividades lógicas, deliberadas, de nossas mentes quando estamos acordados.

Quando acordados, somos seres ativos, racionais, ávidos por tentar obter o que desejamos e prontos a defender-nos contra qualquer ataque. Agimos e observamos vemos o mundo exterior, talvez não como seja, mas no mínimo de maneira tal que o possamos usar e manipular. Todavia, também somos bastante desprovidos de imaginação, e raramente – exceto quando crianças ou se somos poetas – logramos conceber mais do que meras duplicações dos acontecimentos e tramas de nossa experiência concreta. Somos eficientes, mas um tanto desenxabidos. Denominamos ao campo de nossa observação diurna “realidade” e orgulhamo-nos de nosso “realismo” e de nossa habilidade de manipulá-la.

(Adaptado de: FROMM, Erich. *A linguagem esquecida*. Trad.: VELHO, Octavio Alves. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1966)

“Quicá seja esta atitude uma razão por que um dos mais enigmáticos fenômenos de nossa vida, os nossos sonhos, dê margem a pouco espanto e suscite tão poucas perguntas”. A frase que apresenta a mesma justificativa para o emprego de “por que” no trecho acima é:

- (A) Quero saber por que ele não veio ontem.
- (B) Por que você não vai de transporte público?
- (C) O caminho por que andas é perigoso.
- (D) Bem sabe por que motivos não compareci.
- (E) Anseio por que venha à nossa festa.

2. 2025

Para responder à questão, baseie-se no texto seguinte.

Sobre a separação dos poderes

A separação dos poderes tem desempenhado um papel primordial na conformação do chamado Estado Constitucional. Utiliza-se o termo ‘separação dos poderes’, mas sabe-se que o poder do Estado é uno e indivisível. Em verdade, esse poder é exercido por vários órgãos, que possuem funções distintas.

Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são poderes políticos. No entanto, como cada homem em si é “a-político”, uma vez que a política surge no entre-os-homens, para organizar as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa, resulta que o poder político do Estado somente deve existir para cumprir e manter a paz na sociedade e assegurar o gozo da liberdade.

Na dinâmica da História, os poderes políticos transformam-se. Atualmente, o Poder Judiciário passou a ter uma função de maior destaque, qual seja, a de estabelecer o equilíbrio entre os Poderes Executivo e o Legislativo, redefinindo, assim, o papel do juiz. A separação dos poderes, em última instância, objetiva evitar a arbitrariedade e o autoritarismo, preservando as legítimas esferas de atuação de cada Poder.

(Adaptado de: PELICIOLI, Angela Cristina. *A atualidade da reflexão sobre a separação dos poderes*. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/43/169/ril_v43_n169_p21.pdf)

É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- (A) É fundamental o papel político aonde o desempenho os três Poderes constituídos.
- (B) A expressão “separação dos poderes” confundirá quem dela se acerque apressadamente.
- (C) A separação dos poderes é uma exigência política para a qual o Estado não deve abrir mão.
- (D) Arbitrariedade e autoritarismo são condições de cujas nenhum cidadão pode se submeter.
- (E) As esferas de atuação dos Poderes são instâncias que sua autonomia deve preservar-se.

3. 2024

As vezes tento imaginar o mundo sem literatura. Eu sentiria falta dos livros nos aviões. Livrarias e bibliotecas teriam espaço de sobra nas estantes (e as minhas não estariam transbordando). A indústria editorial não existida como a conhecemos, nem a Amazon, e não haveria nada em minha mesa de cabeceira quando não consigo dormir à noite.

Tudo isso seria lamentável, mas mal arranha a superfície do que seria perdido se a literatura nunca tivesse existido, se as histórias só fossem contadas oralmente e nunca tivessem sido escritas. Um mundo assim é quase impossível de imaginar. Nosso sentido de história, da ascensão e queda de impérios e nações. seria completamente diferente. A maior parte das ideias filosóficas e políticas nunca teria existido, ou teria sido esquecida, porquanto a literatura que deu origem a elas não teria sido escrita. Quase todas as crenças religiosas desapareceriam com as escrituras em que foram expressas.

A literatura não é apenas para os amantes dos livros. Desde que surgiu, há 4 mil anos, ela moldou a vida da maioria dos seres humanos que vivem no planeta Terra.

(Adaptado de: PUCHNER, Martin. *O mundo da escrita*. Trad. SOARES. Pedro Maia. São Paulo: Companhia das Letras. 2019)

Quase todas as crenças religiosas desapareceriam com as escrituras em que foram expressas. Substitui adequadamente a expressão sublinhada:

- (A) nas quais
- (B) as quais
- (C) das quais
- (D) sobre as quais
- (E) cujas as quais

4. 2022

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

[Ritmos da civilização]

Se um camponês espanhol tivesse adormecido no ano 1.000 e despertado quinhentos anos depois, ao som dos marinheiros de Colombo a bordo das caravelas Nina, Pinta e Santa Maria, o mundo lhe pareceria bastante familiar. Esse viajante da Idade Média ainda teria se sentido em casa. Mas se um dos marinheiros de Colombo tivesse caído em letargia similar e despertado ao toque de um iPhone do século XXI, se encontraria num mundo estranho, para além de sua compreensão. “Estou no Céu?”, ele poderia muito bem se perguntar, “Ou, talvez, no Inferno?”

Os últimos quinhentos anos testemunharam um crescimento fenomenal e sem precedentes no poderio humano. Suponha que um navio de batalha moderno fosse transportado de volta à época de Colombo. Em questão de segundos, poderia destruir as três caravelas e em seguida afundar as esquadras de cada uma das grandes potências mundiais. Cinco navios de carga modernos poderiam levar a bordo o carregamento das frotas mercantes do mundo inteiro. Um computador moderno poderia facilmente armazenar cada palavra e número de todos os documentos de todas as bibliotecas medievais, com espaço de sobra. Qualquer grande banco de hoje tem mais dinheiro do que todos os reinos do mundo pré-moderno reunidos.

Durante a maior parte da sua história, os humanos não sabiam nada sobre 99,99% dos organismos do planeta – em especial, os micro-organismos. Foi só em 1674 que um olho humano viu um micro-organismo pela primeira vez, quando Anton van Leeuwenhock deu uma espiada através de seu microscópio caseiro e ficou impressionado ao ver um mundo inteiro de criaturas minúsculas dando volta em uma gota d’água. Hoje, projetamos bactérias para produzir medicamentos, fabricar biocombustível e matar parasitas.

Mas o momento mais notável e definidor dos últimos 500 anos ocorreu às 5h29m45s da manhã de 16 de julho de 1945. Naquele segundo exato, cientistas norte americanos detonaram a primeira bomba atômica em Alamogordo, Novo México. Daquele ponto em diante, a humanidade teve a capacidade não só de mudar o curso da história como também de colocar um fim nela. O processo

histórico que levou a Alamogordo e à Lua é conhecido como Revolução Científica. Ao longo dos últimos cinco séculos, os humanos passaram a acreditar que poderiam aumentar suas capacidades se investissem em pesquisa científica. O que ninguém poderia imaginar era em que aceleração frenética tudo se daria.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. *Uma breve história da humanidade*. Trad. Janaina Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018, p. 257-259, passim)

Está inteiramente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- (A) Seria enorme o espanto ao qual um camponês do ano 1.000 se sentiria invadido caso viesse a cair na era da Revolução Científica.
- (B) Tomou proporções gigantescas o crescimento econômico porque foi marcado o período dos últimos quinhentos anos.
- (C) É altíssima a capacidade de armazenamento de dados aonde se capacitam os computadores das grandes corporações.
- (D) Um microscópio doméstico, de cuja capacidade riríamos hoje, foi fundamental para a revelação visual dos micro-organismos.
- (E) A energia atômica, que seu uso pode se dar em várias direções, marcou o início de uma nova era na história da Humanidade.

5. 2022

Leia o texto para responder à questão.

Um novo estudo estima que a área de manguezais no entorno da foz do rio Amazonas é pelo menos 180 km² maior do que se conhece. De acordo com artigo publicado na revista científica *Current Biology*, a extensão total desse tipo de vegetação de transição entre o ambiente terrestre e o marinho chega a 1.713 km² na grande desembocadura do curso de água. As plantas presentes na região apresentam uma particularidade: são uma mistura de espécies adaptadas a ambientes de água doce, como várzeas, com as de manguezais típicos, onde a salinidade é alta.

No solo enlameado do chamado delta do Amazonas, um tipo de foz formado por vários canais e pequenas ilhas, foram encontradas florestas com espécies herbáceas como as aningas, acompanhadas de árvores típicas de várzeas que parecem fora do hábitat padrão, como alguns tipos de palmeiras, inclusive pés de açaí e de buriti. Normalmente, os manguezais são dominados por

árvores adaptadas a ambientes de água salgada ou salobra. “Mas o Amazonas despeja tanta água doce no Atlântico que a salinidade é próxima a zero em seu delta e por dezenas de quilômetros ao longo da costa na direção norte”, afirma o oceanógrafo Angelo Bernardino.

(Adaptado de: ELER, Guilherme. *Revista Pesquisa FAPESP*. Ed. 321, nov. 22)

As plantas presentes na região apresentam uma particularidade: são uma mistura de espécies adaptadas a ambientes de água doce, como várzeas, com as de manguezais típicos, onde a salinidade é alta. (1º parágrafo)

O elemento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por:

- (A) as quais
- (B) nas quais
- (C) o qual
- (D) do qual
- (E) nos quais

6. 2023

Leia o texto abaixo para responder questão.

Luís Bernardo Honwana, que faz hoje, neste sábado, 12 de Novembro, 80 anos, é um dos precursores da literatura moçambicana e um dos maiores intérpretes da moçambicanidade. Quando tinha 22 anos, em 1964, fez publicar uma obra seminal e fundadora da moderna ficção moçambicana – “Nós Matámos o Cão Tinhoso”. O início desta obra é um dos mais belos que se podem cotejar entre nós: “O Cão-Tinhoso tinha uns olhos azuis que não tinham brilho nenhum, mas eram enormes e estavam sempre cheios de lágrimas, que lhe escorriam pelo focinho. Metiam medo aqueles olhos, assim tão grandes, a olhar como uma pessoa a pedir qualquer coisa sem querer dizer”.

O jovem autor de “Nós Matámos o Cão Tinhoso”, redigira uma nota biográfica igualmente singular: “Não sei se sou realmente escritor. Acho que apenas escrevo sobre coisas que, acontecendo à minha volta, se relacionem intimamente comigo ou traduzam fatos que me pareçam decentes. Este livro de histórias é o testemunho em que tento retratar uma série de situações e procedimentos que talvez interesse conhecer”.

A realidade que estas histórias narram ultrapassa, em muito, a circunstância da mera biografia. Estes textos denunciavam, de forma resoluta e corajosa, uma realidade social profundamente injusta

e desigual. Textos breves, quase todos, à exceção daquele que nomeia o volume. Provavelmente, a grande literatura seja isso mesmo: a combinação entre as faculdades da arte em si e o poder de esta nos interpelar com a realidade que ilustra ou denuncia.

(Disponível em: <https://opais.co.mz>. Adaptado)

No contexto em que se encontra, o pronome que tem valor possessivo está sublinhado em:

- (A) Provavelmente, a grande literatura seja isso mesmo.
- (B) a combinação entre as faculdades da arte em si.
- (C) que lhe escorriam pelo focinho.
- (D) fatos que me pareçam decentes.
- (E) o poder de esta nos interpretar com a realidade.

7. 2024

Devaneio, logo existo

As três pessoas que estavam comigo no elevador se recusavam a devanear. Assim como as pessoas do vagão do metrô. Foram duas rápidas observações que me levaram a respirar aliviado por ter percebido que ainda preservava a autoindulgência tanto do devaneio quanto da inspeção de atitudes alheias. A crítica de “ninguém mais conversa; todo mundo anda e até come com a fuça no celular” nunca me convenceu, pois se a pessoa não está prejudicando ninguém, que faça o que bem entender. No meu conceito, porém, ela está deixando de existir como indivíduo, pois é no devaneio, na contemplação e na troca que se imprime identidade no mundo.

Explico melhor. E para isso recorro à inteligência artificial generativa, uma evocação à própria base de dados para geração de conteúdos novos, sejam textos, áudios, músicas, Imagens ou vídeos. E o que é essa Jornada se não o próprio caminho do processo criativo, por onde estabelecemos nossa assinatura? Os pensamentos não nascem no vácuo. As descobertas tampouco. Insights germinam do correlacionamento de memórias, da conexão das diferentes peças no repertório intelectual que fomos colecionando no decorrer da vida. A iluminação é elaborada em nosso devaneio. Só que cada vez menos somos propensos á permissão de experiências tão somente contemplativas. Até o caminhar precisa ser preenchido por fone de ouvido, consumo de notícias, checagem de mensagens de

Whatsapp.

Quando dizem que a meditação é um dos pilares de estilo de vida saudável não explicam devidamente sua importância. O próprio René Descartes, inspirador do título deste artigo e do cartesianismo, lançou obra chamada *Meditações*. Também não é explícito o risco do comodismo de entregar tudo o que torna humana a nossa espécie a um dispositivo. Já é sabido desde o século 18, na Revolução Industrial, que as máquinas são superiores em produção. Só que a mecanização não ativa a inteligência nem a razão, que são as ligas da vida e do real progresso dos seres humanos. Ainda no século 17 os filósofos iluministas ensinaram o valor do devaneio na formação de pessoas com melhores decisões morais.

(Adaptado de: PIMENTAL, Luiz Cesar. *Revista Isto é*, 15/03/2024. Disponível em: <https://ilstoe.com.br>)

O termo “autoindulgência” (1º parágrafo) pode ser substituído, sem prejuízo de sentido ao texto, por

- (A) autoironia.
- (B) autoexigência.
- (C) autopreconceito.
- (D) autocomplacência.
- (E) autoperseverança.

8. 2024

Atenção: Para responder à questão leia o texto abaixo.

Quando abri os olhos, vi o vulto de uma mulher e o de uma criança. As duas figuras estavam inertes diante de mim, e a claridade indecisa da manhã nublada devolvia os dois corpos ao sono e ao cansaço de uma noite maldormida. Sem perceber, tinha me afastado do lugar escolhido para dormir e ingressado numa espécie de gruta vegetal, entre o globo de luz e o caramanchão que dá acesso aos fundos da casa. Deitada na grama, com o corpo encolhido por causa do sereno, sentia na pele a roupa úmida e tinha as mãos repousadas nas páginas também úmidas de um caderno aberto, onde rabiscara, meio sonolenta, algumas impressões do voo noturno. Lembro que adormecera observando o perfil da casa fechada e quase deserta, tentando visualizar os dois leões de pedra entre as mangueiras perfiladas no outro lado da rua. A mulher se aproximou de mim e, sem dizer uma palavra, afastou com o pé uma boneca de pano que estava entre o alforje e o meu rosto; depois continuou imóvel, com o olhar

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1. 2025

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que é considerado um marco na história dos direitos humanos e proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, assegura que todo ser humano tem direito:

- (A) de procurar e de gozar asilo em outros países, em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum
- (B) à liberdade de locomoção e residência fora das fronteiras do seu próprio país
- (C) à vida, à liberdade e à segurança pessoal
- (D) à inviolabilidade do seu local de trabalho

2. 2025

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é correto afirmar que não constitui direito de todo ser humano o _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- (A) direito à propriedade
- (B) direito à liberdade de pensamento, consciência e religião
- (C) direito à liberdade de opinião e expressão
- (D) direito de proferir discursos de ódio e ataques à honra de outrem, desde que apoiado em ideologia
- (E) direito de participar livremente da vida cultural da comunidade

3. 2024

Assinale a alternativa INCORRETA referente ao disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217, A, III) em 10 de dezembro de 1948.

- (A) Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.
- (B) Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para

decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

(C) Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

(D) No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

(E) Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento privado e sigiloso, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

4. 2024

No que diz respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar:

(A) Após a Revolução Francesa, foi proclamada em Paris, em 10 de dezembro de 1948, enfatizando exclusivamente os principais lemas: liberdade, igualdade e fraternidade.

(B) Após reflexos da Segunda Guerra Mundial, foi proclamada na Inglaterra, em 10 de dezembro de 1948, como uma Resolução a ser alcançada por todos os países no mundo.

(C) Após o contexto histórico das duas grandes Guerras Mundiais, foi proclamada em Paris, em 10 de dezembro de 1948, como uma norma a ser alcançada por todos os povos e nações.

(D) Após as consequências da Primeira Guerra Mundial, foi proclamada na Alemanha, em 10 de dezembro de 1948, como uma normativa a ser alcançada por todas as nações.

(E) Após o contexto histórico das duas grandes Guerras Mundiais, foi proclamada na Inglaterra, em 10 de dezembro de 1948, como uma norma a ser alcançada por todos os países.

5. 2024

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que determina:

- (A) Regras de não violência e sustentabilidade.
- (B) Diretrizes de solidariedade entre as nações.
- (C) Padrões de boa convivência entre os povos.
- (D) Os direitos básicos de todos os seres humanos.
- (E) Regras de como os países devem conduzir as negociações políticas sem violência.

6. 2024

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas há 75 anos e delinea a proteção universal dos direitos humanos básicos.

Sobre este marco normativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem observância obrigatória pelos Estados signatários, determinando nos seus dispositivos as sanções aplicáveis no caso de seu descumprimento.
- (B) A Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta ideais e princípios que norteiam os instrumentos internacionais subsequentes, além de inspirar Constituições e normas infraconstitucionais de diversos Estados-partes.
- (C) A Declaração Universal dos Direitos Humanos é considerada um tratado já que estas normativas são atos firmados por diversos Estados, que adotam os direitos humanos como norteadores de sua política interna.
- (D) A Declaração, em conjunto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Opcional, formam a chamada Carta Interamericana dos Direitos Humanos.
- (E) A Convenção Internacional de Direitos Civis e Políticos, além da Convenção Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais revogaram as normas previstas na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

7. 2024

O Brasil integra o Sistema Internacional de Direitos Humanos, com a ratificação de algumas convenções internacionais sobre Direitos Humanos.

Sobre a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), assinale a afirmativa correta.

- (A) A DUDH não tem força vinculante, apenas orienta as relações sociais no âmbito da proteção da dignidade da pessoa humana.
- (B) Relaciona diversos Direitos Humanos, dentre eles, os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, que apresentam uma hierarquia normativa entre si.
- (C) A declaração tem força lei, devendo ser cumprida pelos Estados signatários, sob pena da adoção de medidas sancionatórias.
- (D) Os destinatários da declaração da ONU são todos os cidadãos das nações, o que denota o caráter divisível dos Direitos Humanos.
- (E) O referido documento é resultado do consenso alcançado por todos os países, que compõe o planeta, por isso é reconhecido como o momento de inauguração do sistema global.

8. 2024

A interface bioética-trabalho é influenciada por dois eventos importantes: a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os quatro princípios fundamentais da bioética, que são:

- (A) beneficência, não maleficência, autonomia e justiça.
- (B) veracidade, autonomia, não maleficência e justiça.
- (C) paternalismo, beneficência, utilidade e autonomia.
- (D) fidelidade, utilitarismo, autonomia e beneficência.
- (E) não maleficência, independência, autonomia e justiça.

9. 2024

No que se refere à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), assinale a opção correta.

(A) A DUDH carece de institucionalização, normatização e mecanismos internacionais específicos para o monitoramento das violações dos direitos humanos e exigibilidade desses direitos.

(B) Embora a DUDH seja omissa quanto aos conceitos de liberdade de expressão e censura as políticas relativas ao pluralismo e à diversidade da mídia são frequentemente implementadas.

(C) Ao longo de sua trajetória, a humanidade formulou e consolidou princípios e valores relacionados aos direitos humanos, incluindo-se os direitos à liberdade, justiça, igualdade e dignidade.

(D) Os princípios de direitos humanos da DUDH carecem de formalização e estabelecimento como um conjunto de direitos vinculantes, o que faculta que indivíduos, autoridades governamentais e a comunidade internacional optem por desconsiderar ou implementar esses princípios em âmbito global. e) O Brasil aderiu ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos logo após sua entrada em vigor em 1976.

10. 2024

Documento que é considerado um marco na história dos direitos humanos e proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações,

(A) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, enuncia uma gama de direitos e liberdades que não poderão, em nenhum caso, ser exercidos contrariamente às finalidades e aos princípios das Nações Unidas.

(B) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, constitui uma Comissão e uma Corte de Direitos Humanos como órgãos competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes no Pacto.

(C) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece que o exercício pelos indivíduos dos direitos e liberdades que enuncia só poderá ser limitado pela lei, exclusivamente

com o fim de garantir o exercício dos direitos e liberdades dos outros.

(D) o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, de 1966 consigna que os Estados-Partes comprometem-se assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais que enumera.

(E) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, prevê que nenhuma de suas disposições poderá ser interpretada de forma a excluir outros direitos e garantias inerentes ao ser humano ou decorrentes de forma democrática de governo.

11. 2024

No tocante a Declaração Universal dos Direitos Humanos, indique a alternativa INCORRETA.

(A) Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

(B) Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

(C) Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

(D) Será também feita distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

12. 2024

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948, sob a forma de

(A) Resolução.

(B) Decreto.

(C) Emenda à Constituição.

(D) Protocolo.

(E) Lei ordinária.

13. 2024

A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê que:

- (A) a instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre alguns grupos raciais ou religiosos.
- (B) a instrução técnico-profissional será obrigatória a todos, bem como a instrução superior.
- (C) todo ser humano tem direito à instrução gratuita nos graus elementares e fundamentais.
- (D) a instrução desconsidera o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano.

14. 2024

Assinale a alternativa que não faz referência à “instrução” constante no Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- (A) A instrução será orientada no sentido do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano.
- (B) Todo ser humano tem direito à instrução, pelo menos nos graus elementares e fundamentais.
- (C) A instrução não é orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana.
- (D) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos

15. 2024

As metas e missões da Organização das Nações Unidas (ONU) estão expressas em um documento, de 1948, que apresenta os pilares de uma sociedade em busca da paz, do desenvolvimento social e do combate às desigualdades. Esse documento vem sendo usado como base de textos constitucionais de muitos países, inclusive do Brasil. O documento em questão é conhecido como

- (A) Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.
- (B) Declaração Mundial da ONU.
- (C) Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- (D) Declaração do Desenvolvimento Social.

16. 2024

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando trata de educação, ressalta três premissas. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a esses princípios.

- (A) A educação deve ser promovida, com duração e propósito, e os métodos de ensino devem ser conduzidos com responsabilidade.
- (B) A educação deve ser gratuita a todos, pelo menos no que corresponde ao ensino fundamental.
- (C) A educação deve primar pela expansão da personalidade humana e pelo reforço dos direitos do homem.
- (D) A educação deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos.

17. 2024

Diversos documentos de origem internacional, com preocupação voltada aos direitos humanos, previram um direito de vital importância: a liberdade de expressão. Por ela, diz-se que a pessoa é livre para expor opiniões e fatos. No entanto, com a maior massificação das redes sociais, passou-se a questionar a existência de limites a tal direito.

Quanto ao tema do enunciado, com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e à Constituição brasileira de 1988, é **correto** afirmar que:

- (A) tanto a Declaração quanto a Constituição promoveram uma abordagem absoluta desse direito fundamental, de modo que é equivocada a ideia de restrição ou limites a ele, nada podendo ser feito no universo das redes sociais;
- (B) a Declaração previu expressamente limites ao exercício das liberdades, como a de expressão, e a Constituição contemplou um leque de direitos que precisam ser acomodados, como a honra e a imagem das pessoas, o que pode ser um guia para a questão trazida pelas redes sociais;
- (C) a liberdade de expressão é um direito fundamental, mas tanto a Declaração quanto a Constituição brasileira autorizaram a censura para proteção do interesse estatal, o que pode ser uma solução para o problema trazido pelas redes sociais;

(D) a Declaração previu apenas e tão somente a liberdade de expressão em sentido estrito, não incluindo aí a liberdade de informação, o que foi reproduzido pela Constituição brasileira que não tratou das liberdades de informação e de imprensa, não estando esses direitos protegidos quando da utilização das redes sociais;

(E) a existência de um conflito entre a Declaração e a Constituição brasileira, traz um impasse quanto ao tema das redes sociais, porquanto a primeira não admite qualquer limitação ao exercício das liberdades, enquanto a segunda admite limitações, por exemplo, quando em colisão com outro direito fundamental.

18. 2024

Tramita em um órgão jurisdicional de primeira instância do Tribunal Regional Federal da 1ª Região um processo judicial que discute uma norma infralegal, que busca densificar uma lei. Por aquela norma, ficou estabelecida a vedação, com a utilização de carros de som ou assemelhados, da realização de qualquer manifestação pública, em locais abertos ao público pertencentes à União Federal. Os autos foram ao gabinete da magistrada, que, por sua vez, pediu uma pesquisa à sua equipe.

Quanto ao tema do enunciado, com relação aos direitos fundamentais e à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é **correto** afirmar que:

- (A) as restrições a direitos fundamentais podem ser levadas a efeito, ainda que não se enxergue a tutela de bem jurídico específico, posto que um direito deve ser sempre concebido em si, independentemente de outros direitos, o que confere legitimidade à norma infralegal;
- (B) a liberdade de reunião tem caráter instrumental, com duplo alcance, por assegurar a expressão de uma das mais importantes liberdades individuais e garantir a espontaneidade à atuação de distintos grupos sociais, o que deve ser incorporado na pesquisa;
- (C) o caso abrange o direito fundamental de reunião, categorizado como clássico direito social, consagrado na Constituição Brasileira de 1988, mas sem previsão na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que diminui o raio de pesquisa da citada equipe;

(D) a liberdade de reunião, positivada no texto constitucional como direito fundamental, não encontra condicionamento para o seu exercício, de modo que o ato infralegal não a respeita, devendo essa consideração ser incluída na pesquisa solicitada pela magistrada;

(E) a vedação à utilização de carros de som ou assemelhados, quando da realização da citada manifestação pública, não deve ser encarada como restrição a direito fundamental, visto permanecer possível seu exercício sem o emprego da ampliação do som, sendo legítima a norma infralegal.

19. 2024

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 217 A III, em dezembro de 1948. Uma de suas motivações é a proteção dos direitos humanos pelo império da lei. Não é possível negar que uma das suas inspirações foram as atrocidades praticadas por regimes totalitários. Hoje, no entanto, tem-se enfatizado a crise por que passa a democracia a partir das fragilidades próprias desse regime.

Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é **correto** afirmar que:

- (A) a previsão do direito humano à liberdade de expressão, instrumento colocado para promover a democracia, não encontra limitação expressa, a significar que qualquer discurso é legítimo;
- (B) a disposição afirmando o direito a participar do governo do próprio país diretamente inexistente, muito embora haja previsão dessa participação por meio de representantes livremente eleitos;
- (C) o direito humano de liberdade de associação, próprio dos regimes democráticos, conquanto previsto e condicionado ao caráter pacífico, não vem acompanhada inerente liberdade de não se associar;
- (D) a vontade do povo como sendo a base da autoridade de um governo é reconhecida como direito humano, mas isso abre espaço para o problema da tirania da maioria, não resolvido pelo texto;
- (E) o governo, apoiado na vontade do povo, reclama sua manifestação através de eleições periódicas e legítimas, sufrágio universal e voto secreto ou processo equivalente, assegurada a liberdade de voto.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

160. 2023

Numa acirrada disputa eleitoral pelo governo municipal de sua cidade, o prefeito atual e candidato à reeleição, divulgou, por meio do site da Prefeitura, informações inexatas e ofensivas contra o candidato da oposição.

Esse candidato o(a) procurou, por saber de sua atuação como advogado(a) em defesa dos Direitos Humanos, e disse que, amparado na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, queria o direito de resposta na rádio local.

Sobre a hipótese narrada, cabe a você esclarecer que a Convenção assegura

- (A) plenamente o direito à resposta, que deve ocorrer no órgão de difusão da escolha do ofendido.
- (B) o direito de resposta e determina que ele aconteça no órgão de difusão que tenha a capacidade de alcançar o maior número de pessoas.
- (C) o direito à resposta e determina que ela deve ser feita no mesmo órgão de difusão em que ocorreu a divulgação das informações inexatas e ofensivas.
- (D) o direito de resposta, mas estabelece como condição a apreciação judicial e o encerramento da lide em última instância.

161. 2023

Considere a hipótese de ter sido decretado Estado de Emergência no país, implicando a suspensão de garantias judiciais, como o *habeas corpus*. Argumentando a favor desse Decreto, o Governo alega que a própria Convenção Americana de Direitos Humanos prevê, em seu Art. 27, a suspensão de garantias.

Como advogada(o) que atua na defesa dos Direitos Humanos, de acordo com as importantes Opiniões Consultivas OC-08/87 e OC-09/87 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, você deve esclarecer que

- (A) uma vez que tais garantias judiciais não estejam previstas entre os direitos ressalvados expressamente no Art. 27.2 da Convenção, elas podem ser suspensas.

(B) pode haver a suspensão de tais garantias, inclusive do *habeas corpus* em situações de estado de emergência, como o Estado de Defesa, desde que isso seja decidido pelo Poder Executivo e confirmado pelo Poder Judiciário.

(C) as garantias judiciais, como o *habeas corpus*, não podem ser canceladas ou descontinuadas, pois visam à proteção dos direitos essenciais que, segundo o art. 162. da Convenção, não podem ser suspensos.

(D) em situações de emergência, como o Estado de Defesa, tendo em vista a proteção da soberania nacional, pode haver a suspensão de alguns direitos e garantias, dentre eles o direito ao *habeas corpus*.

162. 2023

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica), tem como premissa que toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente. Neste contexto, em conformidade com a convenção, marque a alternativa **CORRETA**.

- (A) Não se admite a pena de morte.
- (B) Pode-se instituir pena de morte apenas para os delitos hediondos.
- (C) Nos países onde há previsão de pena de morte, a convenção não apresenta obrigação de extingui-la.
- (D) A pena de morte só é admitida em caso de guerra declarada.

163. 2023

De acordo com o art. 29, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, pode-se AFIRMAR que nenhuma disposição da Convenção pode ser interpretada no sentido de:

- (A) Expandir o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos de acordo com as leis de qualquer dos Estados-Partes ou de acordom outra convenção em que seja parte um dos referidos Estados.
- (B) Permitir a qualquer dos Estados-Partes, grupo ou pessoa, suprimir o gozo e exercício dos direitos e liberdades reconhecidos na Con-

venção ou limitá-los em maior medida do que a nela prevista.

(C) Incluir outros direitos e garantias que são inerentes ao ser humano ou que decorrem da forma democrática representativa de governo.

(D) Incluir ou expandir o efeito que possam produzir a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e outros atos internacionais da mesma natureza.

164. 2023

O Pacto de São José da Costa Rica, dentre outros aspectos, disciplinou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Sobre a referida Comissão, é CORRETO afirmar que:

(A) Compor-se-á de onze membros, que deverão ser pessoas de caráter ilibado e notório saber jurídico.

(B) Não pode fazer parte da Comissão mais de um nacional de um mesmo Estado.

(C) Os membros da Comissão serão eleitos a título pessoal, pela Assembleia-Geral da Organização, de uma lista de candidatos proposta pela ONU.

(D) Compete à Comissão Interamericana de Direitos Humanos processar e julgar os crimes cometidos em contexto de guerra.

165. 2023

Suponha que foi constatada uma situação de trabalho análogo à de escravo numa fazenda (propriedade privada) situada em determinado Município do Estado de Goiás. Isso violaria, dentre outras normas, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Diante de tal situação, a obrigação de cumprir as disposições da referida Convenção, fazer cessar a violação e assumir as responsabilidades perante os órgãos competentes do Sistema Interamericano de Direitos Humanos cabe:

(A) ao proprietário da fazenda onde ocorreu a violação;

(B) ao governo municipal onde está situada a fazenda;

(C) ao governo do Estado de Goiás;

(D) ao governo nacional do Brasil;

(E) conjuntamente, a todos os agentes citados nas demais alternativas.

166. 2023

A respeito da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), é **correto** afirmar que

(A) estabelece que a sanção penal a ser aplicada deve ser aquela vigente no momento da ocorrência do delito, ainda que lei posterior venha estipular pena mais grave ou mais leve.

(B) garante ao acusado, que não nomear defensor, o direito de ser assistido por um defensor do Estado, salvo renúncia desse direito pelo próprio acusado.

(C) assegura o direito de livre associação com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza.

(D) é o documento que aboliu a pena de morte e a prisão civil por dívidas entre os países signatários.

(E) veda a pena de trabalhos forçados, inclusive eventuais serviços exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença judicial.

167. 2023

De acordo com a Convenção Americana dos Direitos Humanos,

(A) não se deve impor a pena de morte a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de vinte e um anos.

(B) a pena pode passar da pessoa do delinquente, mas apenas diante de expressa e prévia disposição legal.

(C) não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que já a aboliram.

(D) a pena de morte não pode ser aplicada por delitos políticos, mas se admite por delitos comuns conexos com delitos políticos.

(E) as penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a proteção social.

168. UPA - 2023

Considerando a disposto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido. Tampouco se estenderá sua aplicação a delitos aos quais não se aplique atualmente.
- (B) Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns conexos com delitos políticos.
- (C) Nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta deverá ser suprimida da legislação no prazo de 20 (vinte) anos, a contar da sua promulgação no ordenamento jurídico do país que a ela aderir.
- (D) Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

169. 2022

O Pacto de São José da Costa Rica, também conhecido como Convenção Americana de Direitos Humanos, foi aprovado pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 1969. Ele cria o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e fixa importantes direitos para as Américas. Sobre esse tratado interamericano, sabe-se que

- (A) estabelece que nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido.
- (B) reconhece o direito de reunião pacífica e sem armas. O exercício de tal direito só pode estar sujeito às restrições previstas em ato administrativo e que sejam necessárias, numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da segurança ou da ordem públicas, ou para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades das demais pessoas.

(C) toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção, desde que tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções públicas.

(D) os Estados Partes comprometem-se a adotar providências, tanto no âmbito interno como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir imediatamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados.

170. 2022

O estrangeiro que se ache legalmente no território de Estado-parte na Convenção Americana de Direitos Humanos só poderá dele ser expulso em cumprimento de decisão adotada

- (A) conforme a legislação.
- (B) pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- (C) em procedimento judicial.
- (D) pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (E) pela prática de um crime.

171. 2022

Os direitos fundamentais de caráter judicial e as garantias constitucionais do processo previstos na CF e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos asseguram ao acusado

- (A) o direito de utilizar-se de todos os elementos de prova lícitos no curso do processo, não podendo omitir-se ou calar-se, se assim entender necessário.
- (B) o dever de apresentar provas de sua inocência, sob pena de condenação na ação penal.
- (C) a razoável duração do processo judicial e administrativo, com a possibilidade de efeitos imediatos sobre situações individuais.